

EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO CAETANO: ALTERNATIVAS E DESAFIOS

Ana Lúcia Soares da Conceição Araújo¹

A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.
Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

(Paulo Freire)

RESUMO: *Com base em autores que discutem as formas de intervenção dos movimentos sociais nas suas demandas cotidianas na contemporaneidade, o artigo traça um panorama histórico de mobilização por creches e pré-escolas, em São Caetano, um dos bairros mais populoso e caracterizado por uma população de baixa renda do Município de Salvador. Por meio de entrevistas com líderes da comunidade foi possível durante a pesquisa de mestrado delinear o histórico de lutas da população local para garantir o acesso à Educação Infantil, assim como, compreender o papel do Estado e da sociedade civil frente às transformações estruturais da atualidade na sociedade capitalista.*

Palavras-chave: Criança; Educação Infantil; Mobilização.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de pesquisa do mestrado de Educação concluída em 2007, cujo interesse pela investigação emergiu por observar demandas cotidianas de famílias que não possuem poder de escolha como apregoado pelo discurso neoliberal, que acirrou a desregulamentação do Estado e a transferência de responsabilidade das políticas sociais para a sociedade civil. Constituiu-se como objetivo principal do estudo compreender a relação entre a efetivação das políticas públicas para a Educação Infantil e as instituições educativas, sem fins lucrativos (creches comunitárias), na garantia do acesso, ampliação e permanência qualitativa na ação de educar-cuidar das crianças de 0 a 06 anos. A metodologia foi baseada em uma interpretação dinâmica da realidade, observando nos fatos as contradições, influências históricas, econômicas e sociais. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: análise documental, observação de três instituições comunitárias, entrevistas semi-estruturadas com os líderes de associações do bairro, gestores das Secretarias da Educação e da Assistência, presidentes de entidades representantes das creches comunitárias e algumas famílias e crianças. O espaço empírico da investigação foi em São Caetano, bairro do Município de Salvador por constatar constates iniciativas da população a fim de suprir o direito cerceado.

No delineamento do histórico de mobilização dos moradores pretende-se demonstrar como a desregulamentação estatal, alicerçado pelo discurso de “liberdade de escolha” e “trabalho voluntário” tem intensificado o repasse para a população local na aquisição e manutenção de um dos bens sociais básicos: a Educação Infantil. Além de suscitar o debate crítico para as novas configurações de participação social na contemporaneidade.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Educação e Contemporaneidade da UNEB – PPGEduc, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela FEBA, pedagoga pela Universidade Federal da Bahia e professora efetiva da Creche-UFBA, desde 1997, analu@ufba.br. Autor.

A MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES POR ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano se insere no contexto mais amplo dos movimentos sociais no Brasil, no início dos anos 80, assim, como no âmbito da conjuntura sócio-econômica da época. As diferentes instituições comunitárias existentes foram originadas pela luta isolada de algumas mulheres ou do empenho da associação dos moradores, mas sempre partindo da representação feminina com um propósito comum, apesar de buscarem também benefícios pessoais e imediatos: um lugar onde deixar os seus filhos enquanto estavam cumprindo sua jornada de trabalho.

De acordo com Gohn (2005), os movimentos sociais se organizam em função de uma problemática urbana, seja no que tange à habitação, uso do solo ou o acesso aos serviços e equipamentos coletivos de consumo. As creches e pré-escolas enquadram-se, nesta última demanda social, por se caracterizar como um artefato coletivo que presta cuidado e educação às crianças de 0 a 06 anos. A autora aponta três formas básicas de agregação das lutas populares: as sociedades amigos de bairros ou associação de moradores; associação de favelas e as lutas e movimentos específicos pela moradia ou por equipamentos urbanos. Embora as três modalidades reivindiquem em torno de objetos semelhantes, as distinções se operam conforme a sua origem, concepção político-ideológica, o desenvolvimento do processo histórico, as articulações e os encaminhamentos das demandas e o produto resultante de suas ações.

As Sociedades Amigos de Bairros ou Associação de Moradores é caracterizada por Gohn (2005) pela política da troca de voto para melhoria infra-estrutural do bairro, não se desenvolve uma consciência crítica de se reivindicar como um direito ou rebeldia. As ações são efetivadas por um jogo consensual de “bom relacionamento” e clientelismo, as atitudes de exigir ou solicitar são preteridos pelas de favor.

As Associações de Favelas, ainda conforme a autora, lançam-se na luta pela habitação popular. Vítimas das conseqüências estruturais do sistema como desemprego, baixa remuneração, ausência de imóveis compatíveis com suas rendas e outras precariedades, interagem com os diferentes agentes sociais das instâncias estatais, político-partidárias, religiosas, dentre outras, para fazer jus ao uso do solo onde deram início às construções de suas moradias. A negociação integra desde a legalização do terreno aos aspectos básicos de infra-estrutura, como fornecimento de água e energia elétrica com tarifa reduzida.

A terceira forma de organização popular nomeada por Gohn (2005, p.36) são as Associações e Movimentos Comunitários: “não se organizam muito em entidades demarcadas, mas em coletivos unificados por regiões geográficas”. A mobilização envolve os setores mais espoliados da sociedade, as reivindicações giram em torno da noção de direitos. Há uma divisão interna do trabalho, com coordenadores, comissões, abrangendo agentes eclesiais de base, líderes comunitários e várias assessorias. O posicionamento político perante as autoridades é de igualdade nas falas e nos atos.

Em São Caetano, grande parte da mobilização por espaços de Educação Infantil assemelha-se à última forma de organização popular, geralmente, sendo representada por mães ou lideranças da comunidade. Apresenta, concomitantemente, traços do modelo das Sociedades Amigos de Bairros ou Associação de Moradores, porque suas lutas pairam nos resultados imediatos sem o enfrentamento político com o Estado, característica importante das Associações e Movimentos Comunitários. Tudo é aceitável desde que não haja suspensão do uso do

equipamento coletivo almejado, por isso a doação ou troca de favores são muito presentes e sempre bem-vindas. Existe também, uma rede de cooperação, mas todas as ações permanecem no universo local das necessidades.

O aparecimento de espaços alternativos de creches e pré-escola no bairro se inscreve no contexto da década de 1980, período que houve uma estagnação econômica, perda da qualidade de vida da população com aumento do número de desempregados e da criminalidade, doenças infantis, aumento dos sem teto, sem terra, que persiste até os nossos dias.

Ao mesmo tempo, a opressão sócio-política provocada pelo regime da ditadura foi substituída, aos poucos, pela aprendizagem de se organizar e reivindicar. Uma das bandeiras era a construção de uma Nova Constituição que pudesse abarcar os anseios sociais antes oprimidos. Como corrobora Gohn (2005, p. 58), “[...] do ponto de vista político a década não foi perdida. Ao contrário, ela expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar”. Em relação às demandas da educação escolar, creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 06 anos foi um dos pontos de pauta.

Na conjuntura sócio-econômica e política delineada acima emergiu a primeira creche em São Caetano, precisamente em 1984. Originou-se pelo empenho da esposa do presidente da Associação de Moradores das ruas Nova de Camurugipe e Fonte da Bica de Baixo em decorrência da solicitação de mulheres que necessitavam trabalhar para garantir o sustento de sua família e não tinham com quem deixar seus filhos pequenos.

A creche atendia crianças de 01 ano a 06 anos e ficava localizada no fundo da casa do presidente da associação. Atendia mais de 50 crianças em turno integral. A manutenção infra-estrutural e de gêneros alimentícios era mantida por bazar, doações dos próprios moradores ou favores de alguns políticos pela troca de voto, o trabalho era desenvolvido pela própria fundadora, que ficava responsável, sozinha, por todas as crianças, como relata em entrevista:

Desde os dezoito anos eu sempre trabalhei com criança, sempre ajudando, fazendo trabalho comunitário. Quando a associação foi fundada por mim e por meu ex-marido fiquei dando aula às crianças, aqui em casa, era tipo uma creche o dia todo. Depois com o tempo parei esse trabalho, dei um tempo, mas aí o povo não me deixava em paz, pedindo para eu abrir uma creche. As mães choravam na minha porta dizendo que se eu não abrisse iam pedir esmolas com seus filhos. Eu fui vendo tanta criança e o povo pedindo, que abri aqui no fundo uma creche, uma mini-creche inicialmente, e aí o trabalho deu certo. (...) era mais de 50 crianças que eu não dava conta, peguei um esgotamento físico.²

A instituição ainda existe, embora tenha diminuído o seu quantitativo por conta das dificuldades materiais e humanas. Atende à mesma faixa etária inicial, embora, por falta de espaço físico próprio, por um certo período o atendimento ficou sendo realizado na residência da presidente da associação. Atualmente, possui uma sede própria construída em 2006 por doação de alguns comerciantes do bairro e políticos para barganha de voto. A sua construção foi realizada por mutirão dos moradores.

A estrutura física é composta com uma sala grande, um sanitário e uma varanda pequena. Atende, atualmente, 25 crianças, segundo alegação da Presidente da Associação de Moradores,

² Entrevista realizada com a coordenadora da Creche da Associação da Rua Nova do Camurugipe e Rua Fonte da Bica de Baixo, em São Caetano, na sua residência, em novembro de 2006.

em função de não possuir o tempo que tinha antes, apesar da demanda por um atendimento bem mais amplo. Inclusive, algumas adolescentes fazem rodízio para ficar com as crianças durante o tempo de atendimento, que é das 8 às 18:00 horas. Conforme relato da responsável pela creche: “Tem assim umas jovens, adolescentes de dezesseis [anos] que se prontificam, revezando entre si, tá ali ensinando(...) fazendo um trabalho razoável.”³

De sua origem aos dias atuais, o movimento dos moradores deste perímetro de São Caetano, em relação à reivindicação de subsídios como uma política mais ampla de direito da criança e dever do Estado é ignorado. A Presidente da Associação de Moradores fica dando “jeitinhos” para sanar os problemas, como relata em um dos trechos da sua fala: “assim as mães ajudam no que podem, mandam uma merenda, ajudam no almoço e a gente também tem ajuda da CEASA com a doação das frutas e verduras que eles não conseguem vender”⁴.

Evidenciou-se, também, no decurso da entrevista, uma distorção da finalidade de atendimento dos dois segmentos da Educação Infantil. Em vários momentos o termo “creche” se referia ao aspecto do regime de horário das crianças – turno integral, embora atendesse crianças de 04 a 06 anos. Equívoco verificado nas demais instituições comunitárias visitadas no bairro.

Ainda em meados dos anos 80 surgiu uma outra instituição para atender crianças pequenas, na mesma rua, com a iniciativa de uma mulher batizada pela comunidade de “Mãe Flor”. Como ato de “bondade” ela fundou uma creche e pré-escola, de turno integral, que atendia em média 100 crianças⁵. Segundo depoimento das professoras, a instituição ainda é “comunitária” – filantrópica e atende crianças de 2 a 06 anos. No ano 2006 obtive informações de que a escola atendia apenas crianças do Ensino Fundamental.

O silêncio de “Mãe Flor” e seu mistério em relação aos fatos da fundação e o motivo pelos quais criou a sua creche e pré-escola, não é só para mim, mas para as outras lideranças do bairro também. Em conversa informal uma ex-diretora da associação alertou: “ela é um baú fechado, desista”. A sua omissão tem uma história vivenciada à distância e ao mesmo tempo perto, pois morava na mesma rua. A instituição que fundou e atendia em turno integral tinha 04 salas, 02 banheiros, cozinha e uma pequena varanda com grades. Sempre víamos chegar caminhões carregados de alimentos, que além de suprir as necessidades da instituição ela distribuía com os moradores. Certo dia uma rede de televisão da cidade chegou à sua instituição no momento exato da distribuição: uma denúncia anônima a delatou. Depois desse episódio, o espaço ficou fechado por algum tempo. Passado alguns anos, reabriu e, atualmente, continua atendendo, cobra uma taxa mensal, mas não atende mais em turno integral.

Além dessas instituições, existem outras duas denominadas de ‘creche’ por atender em turno integral. Uma emergiu pela iniciativa de três irmãs da Capelinha de São Caetano. A outra foi criada a partir do movimento do Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança de uma igreja evangélica, fundada em 13/03/2000, situa-se próximo à Baixa do Camurugipe. Ambas atendem em média 60 crianças e surgiram por necessidades distintas, apesar de o pano de fundo ter sido a substituição da ausência das figuras materna e/ou paterna, enquanto estavam

³ Entrevista realizada com a coordenadora da Creche da Associação das Ruas Nova Camurugipe e Fonte da Bica de Cima em São Caetano, na sua residência em novembro de 2006.

⁴ Mercado que vende frutas, legumes e outros gêneros alimentícios em Salvador. Consideramos preocupante a qualidade dos produtos que o mercado “não consegue vender”.

⁵ Infelizmente não foi possível fazer entrevista com Mãe Flor por sua recusa. Várias vezes fui à instituição, que se localiza no pavimento abaixo de sua residência, mas as professoras informavam que ela não estava. Consegui em um dado momento falar ao telefone com ela, entretanto foi ríspida e incisiva, que não iria falar sobre a “creche” por que agora ela tinha uma “escola”.

cumprindo sua jornada de trabalho.

A instituição Creche-Escola Didática Arco-Íris que se auto-denomina comunitária, localiza-se na Capelinha de São Caetano e nasceu pelo desejo de três irmãs que gostavam de ensinar crianças e aproveitaram este sentimento para atender à demanda existente. Atende crianças de 1 ano e 7 meses ao Ensino Fundamental. Segundo entrevista realizada com a diretora não atende berçário por causa da ausência de espaço e condições materiais para recebê-los, mesmo com a grande procura pelos responsáveis de crianças nessa faixa etária.

Para manter o atendimento cobra uma taxa mensal aos pais e recebe uma contribuição da AEEC (Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias), como relata em seu depoimento:

Por ser comunitária nós cobramos uma taxa menor que da redondeza, p'ra a gente manter o aluguel, as meninas também, porque elas fazem um trabalho voluntário, mas nós damos uma gratificação a elas mensal então agente precisa dos pais em relação à isso e ao aluguel.

Agora nós recebemos uma contribuição da AEC (Associação das Escolas Comunitárias), mas é um dinheiro anual, é uma ajuda que eles dão p'ra as escolas, geralmente em dezembro, janeiro, fora isso a gente vai “empurrando com a barriga”(....) e os pais também ajudam, além da mensalidade com o próprio trabalho deles. Alguns dizem que vem ajudar, mas depois inventam uma desculpa e não aparecem.⁶

A Instituição comunitária originada pelo Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança, localiza-se em uma área muito violenta, inclusive, esta é uma das justificativas de sua implantação, como resgatado no seu memorial:

A priori, o surgimento do Clube de Mães ocorreu por meio de reivindicações dos moradores em relação à existência de uma escola-creche que atendesse a necessidade das mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos.

Em decorrência dessa situação as crianças estavam vivendo um processo de marginalização, pois, mesmo sendo ainda pequenas passaram a ser alvo das facções criminosas. Preocupadas com esse fato, um grupo de mães resolveu se reunir e então propuseram a fundação de uma Escola-Creche, como sendo uma solução para o problema das famílias que não tinham como educar seus filhos, devido ao trabalho de tempo integral.

Essa organização popular foi capaz de desenvolver realmente a fundação do Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança, que se constituiu como fator principal de transformação social. O objetivo principal do Clube de Mães é atender às necessidades das mães que necessitam trabalhar para sobreviver, por isso, o trabalho voluntário prestado por mães da própria comunidade na Escola permite a tranquilidade das mães em relação à educação de seus filhos, pois, sabem onde e com quem estão as suas crianças. (MEMORIAL DA CRECHE SERVIÇO DA VIDA E ESPERANÇA, 2000, p. 1)

A creche se mantém com os recursos de uma ONG italiana *Ágatha Esmeralda*, pelo repasse da prefeitura de 3%, que, segundo depoimento da coordenadora, é anual e irregular e por doações esporádicas de alimentos, através do projeto *Prato Amigo* vinculada a ONG *Mais Social*. A instituição tem um computador, DVD e televisor, materiais tecnológicos raros nas outras instituições comunitárias, fruto dos subsídios financeiros das próprias mães, que contribuem com quanto e quando podem, e alguns recursos das ONG'S. Na fala da coordenadora ficou evidente o envolvimento emocional com seu trabalho, tentando sozinha minimizar a situação precária das crianças, em um “espírito maternal”, mesmo na sua ingênua forma de “cuidado” e zelo:

⁶ Entrevista realizada em junho de 2007, na sede da instituição, na Capelinha de São Caetano.

É muito menino, e aí todo dia tem gente lá na porta: 'oh! Pelo amor de Deus me ajude', que a gente sabe a realidade, né? Têm algumas mães que contribuem, outras não contribuem, são zero oitocentos, então eu sou aquela mãe que se preocupa com aqueles, que eu chamo de meus filhos, né? São meus filhos. Eu não quero que ninguém faça nada, porque são meus filhos que eu tomo assim do coração porque...(emociona-se)

Ah! Eu amo meus filhos, eu hoje tava numa reunião com Secretário de Saúde porque eu sou agente comunitário, então quando eu saio deixo o almoço tudo pronto, já eu tava assim... mas assim meu Deus porque eu gosto de botar o almoço deles porque eu acho que eu boto a quantidade certa sei lá, eu acho que o poder da mãe é todo especial com os filhos, né?⁷

Esta fala da coordenadora, bem como as intenções que impulsionaram a sua criação, como explicitado no seu memorial, de válvula de escape das facções criminosas do perímetro, revela a “preocupação” como um fenômeno alienante das relações humanas frente à realidade objetiva. KOSIK (1976) afirma que a atitude de “preocupação” substitui a categoria “trabalho” como um processo criador e transformador das ações do homem em relação ao seu meio, manifestando-se à consciência diária como um mundo já pronto e provido de aparelhos, equipamentos, relações e contatos, em que os indivíduos, isoladamente, através da ocupação (ação meramente reprodutora), busca dar respostas direta e imediata aos problemas que parecem ser desconectados com a totalidade, cuja a origem está oculta.

Montaño (2002) também delinea a função social de intervenção do “ator voluntário” como um agente que deixa de ser sujeito, passando a se materializar num sistema supra-histórico. Deixa-se levar pelo princípio que “já não se faz a (nem se pensa na) história, mas apenas *em* histórias, singulares e cotidianas” (MONTAÑO, 2002, p. 243).

A instituição conta com o trabalho voluntário de quatro pessoas: uma professora, uma auxiliar, um porteiro, que, às vezes, exerce a função das duas primeiras e uma pedagoga que trabalha no turno matutino, organizando as atividades para a professora ministrar. O trabalho voluntário, segundo relato da coordenadora, é o grande problema. Certa feita uma pessoa que trabalhou voluntariamente colocou a instituição na justiça, o que acarretou a retenção do recurso financeiro oferecido pela Prefeitura, como revela em sua fala:

E eu tive um problema com a justiça que uma pessoa que estava lá, mas aquele pai que é santo e poderoso ele viu que eu não merecia isso. A sorte nossa que conseguimos com a ONG o ressarcimento que ela estava pedindo. A gente não tem fundo, não tem dinheiro em caixa. E a gente investe no que faz, é investido ali nos meninos, entendeu? Se você tem alguma pendência com a justiça a Prefeitura não lhe dá os 3%, que é pouco, mas ajuda.

E ela foi uma das pessoas que fundou a entidade junto com a gente, uma das mulheres que a filha dela ficava lá também, mas hoje em dia é assim você ajuda as pessoas, mas você não espere bondade delas.

A dificuldade que a gente tem é com o pessoal, uma grande dificuldade porque eu mesmo queria poder assinar a carteira do pessoal, eu queria dá possibilidade de trabalhar, mas eu não tenho como, não tenho, não tenho mesmo. Eu achava que uma das coisas que devia ser valorizada dentro da entidade seria o pessoal se a gente conseguisse uma pessoa que dissesse: “esse pessoal vai ser meu, vai entrar na minha folha”. Uma empresa assim, eu queria que ela dissesse que ia tomar aquelas quatro pessoas, entendeu? Isso me deixaria bem mais aliviada.⁸

⁷ Entrevista realizada na residência da coordenadora da creche, em agosto de 2007.

⁸ Entrevista concedida na sua residência em agosto de 2007.

Percebe-se em todas as mobilizações por instituições de Educação Infantil no bairro uma tentativa de cada um de forma isolada sanar suas dificuldades. A concepção da creche comunitária como um princípio democrático da co-gestão, em que se integram comunidade e Estado para realização da atividade de serviço à criança, como preconizado por Castro (1991), é substituída pela visão neoliberal de ações individuais e a prática da parceria precária com as organizações não-governamentais, camuflando os interesses políticos e contradições de classe.

Montaño (2002) aponta uma perspectiva contra-hegemônica de articulação da sociedade civil que comunga com a concepção ampliada de Estado em Gramsci: *a mobilização, como lutas sociais, por direitos sociais*. Neste movimento, a participação da comunidade não é concebida como gerenciadora de recursos e executora dos serviços sociais, mas como luta conjunta, fundamentada e orientada pelas contradições de classes, pressionando e obrigando “Estado e o capital a absorver certas demandas e a incorporá-las como função do Estado” (MONTAÑO, 2002, p. 278).

Partindo desse pressuposto, a mobilização da sociedade civil não é desenvolver ou compensar os serviços sociais que o Estado não assume ou descentraliza para o âmbito privado, mas devem ser lutas com intuito de preservar e ampliar conquistas históricas para suprir as demandas sociais da coletividade, desmascarando os mecanismos e interesses nas esferas do Estado, do mercado, da produção e da própria sociedade civil que tentam manter o controle e privilégio de uma determinada classe hegemônica.

Bauman (2000) chama-nos atenção para o perigo do esquecimento da arte de questionar e traduzir os problemas pessoais em questões de ordem pública. Ao veicular o Estado como insustentável, seus porta-vozes expressam a necessidade de auto-confiança, de contar com os próprios recursos na aquisição dos bens sociais para sobrevivência humana. A atitude de repassar para o âmbito pessoal, privado, as questões que afligem aparentemente o individual, enfraquece uma ação para o bem da coletividade em uma ação pública e impessoal de engajamento, participação, pois a necessidade de uma pessoa, uma família, pode ser a necessidade de todos.

A história da mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano, revela medidas paliativas provocadas pela ausência do poder estatal, ainda como iniciada nos anos 70. No cotidiano das famílias de extratos sociais desfavorecidas são essas instituições que vêm suprindo, de fato, as demandas por esses equipamentos coletivos do jeito que podem. Não pode se perder de vista de que forma este atendimento tem funcionado como uma política que respeite os direitos fundamentais da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões presentes neste trabalho referentes às alternativas encontradas pela população, na tentativa de suprir a lacuna do Estado na Educação Infantil, possibilitam fazer algumas considerações a partir dos resultados encontrados, no sentido de que se configuram ou não como atendimento ao direito das crianças de 0 a 06 anos. Tais considerações, embora não sejam definitivas, apontam para mudanças e estratégias nas políticas educacionais no município de Salvador, a fim de minimizar a permanência em condições de estabelecimentos e práticas que não respeitam as demandas sociais, afetivas, psicomotoras, lingüísticas e cognitivas das crianças pequenas.

Na pesquisa, tornou-se evidente que ainda persiste o acesso diferenciado das crianças conforme a origem da classe social a que pertence. Aquelas oriundas das camadas menos favorecidas que não possui condições de escolha, em função da situação sócio-econômica de suas famílias, são postas em qualquer tipo de espaço disponível, desde que fiquem protegidos e assistidos. Haja vista que trabalhar para as mulheres desse extrato social não configura apenas um meio de realização profissional, mas de sobrevivência.

O estudo também revelou um forte laço solidário entre os moradores, mesmo com as dificuldades materiais que possuem, criando lideranças e mecanismos de saídas para evitar sucumbir frente às mudanças estruturais do sistema e a falta de oferta dos bens sociais elementares. Apesar de locais, quem sabe possam ecoar como forma de enfrentamento mais amplo e emancipatório.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Mary Garcia. Importância social das creches comunitárias: perfil do usuário In: *Creche comunitária: uma alternativa popular*. Ana Alice Alcântara Costa (org). Salvador: NEIM/UFBA, EGBA, SEC, 1991.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2005.

KOSIK, Karel. Economia e filosofia In: *A dialética do concreto*. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.